



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

JUCILENE DA COSTA BARBOSA DA SILVA

**UM TRABALHO INTERVENTIVO NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS
NA ESCOLA.**

**CAMPINA GRANDE
2012**

JUCILENE DA COSTA BARBOSA DA SILVA

**UM TRABALHO INTERVENTIVO NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS
NA ESCOLA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) em cumprimento às
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marília Tomaz de Oliveira

CAMPINA GRANDE
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

S586t Silva, Jucilene da Costa Barbosa da.

Um trabalho interventivo na prevenção ao uso de drogas na escola./ Jucilene de Costa Barbosa da Silva. – 2012.
30f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira ,
Departamento de Serviço Social”.

1. Educação. 2. Prevenção 3. Drogas. 4. Serviço Social.

21. ed. CDD 361

JUCILENE DA COSTA BARBOSA DA SILVA

UM TRABALHO INTERVENTIVO NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA ESCOLA.

Trabalho de Conclusão de Curso(TCC), apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 13 / 12 / 2012

Nota 9,5

Banca Examinadora



Profª Drª Marília Tomaz de Oliveira – CCSA/UEPB
(Orientadora)



Profª Msª. Thereza Karla de Souza Melo – CCSA/UEPB
Examinadora



Profª Msª. Célia de Castro – CCSA/UEPB
Examinadora

SUMÁRIO

	RESUMO.....	5
1	INTRODUÇÃO	6
2	ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: uma breve análise.....	7
3	A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DO CAPITALISMO: aspectos de uma política neoliberal	11
4	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: um diálogo necessário para a cidadania.....	15
5	DROGAS: da antiguidade a contemporaneidade: os desdobramentos de uma problemática	18
5.1	Legislação e aspectos legais para construção de uma política pública	21
6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO: relatos de uma experiência de campo	24
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
8	REFERÊNCIAS	28

DROGAS: Um trabalho interventivo na prevenção ao uso de drogas na escola.

Jucilene da Costa Barbosa da Silva¹.

RESUMO

O presente artigo tece considerações acerca do Projeto de Intervenção denominado “Educação”, que foi desenvolvido no período de julho de 2007 a novembro de 2008 por alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, no Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente – CAIC “José Joffily” localizado no bairro das Malvinas na cidade de Campina Grande/PB. O referido projeto teve como objetivo principal aumentar o universo informacional dos alunos matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) daquela instituição de ensino acerca de quatro temáticas: drogas, violência, cidadania e orientação sexual. As considerações apresentadas são resultado das atividades educativas desenvolvidas por meio de oficinas durante a execução do projeto de intervenção em torno do uso de drogas, traz uma abordagem conceitual sobre a temática, suas classificações e possíveis danos causados pelo uso abusivo de substâncias entorpecentes. A experiência de estágio supervisionado vivenciada nos possibilitou através de oficinas, perceber os anseios e curiosidades desses jovens sobre temas da vida cotidiana de nossa realidade, tratados ainda como tabus pela família e pouco debatidas nos espaços escolares.

Palavras-chave: Educação. Prevenção. Drogas. Serviço Social.

ABSTRACT

This article presents considerations concerning the Intervention Project called "Education", which was carried out from July 2007 to November 2008 by students of Social Work at the State University of Paraíba - UEPB at the Center for Integral Attention to Children and Adolescents - CAIC "José Joffily" located in the neighborhood of the Malvinas in the city of Campina Grande / PB. This project aimed to increase the informational universe of students enrolled in the modality of Education for Youth and Adults (EJA) that educational institution on four themes: drugs, violence, citizenship and sexual orientation. The considerations presented are the result of educational activities developed during the intervention's project around the use of drugs, provides a conceptual approach on the theme, their ratings and possible damage caused by the abuse of narcotic substances. The experience of supervised experience through workshops enabled us to realize the aspirations of these young people and curiosities about everyday life issues of our reality, still treated as taboo by family and little debated in school spaces.

Keywords: Education, Prevention, Drug, Social Service.

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: jubarbosa22@hotmail.com ou jucinha_barbosa@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista, o processo de industrialização desencadeou uma série de mudanças na infraestrutura da sociedade, como a modernização da produção, a urbanização, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de mão de obra assalariada e qualificada. Todas essas transformações na sociedade e no mundo do trabalho resultaram numa precarização das condições de vida do proletariado, como também no agravamento das desigualdades sociais.

O ideário neoliberal desencadeou um processo de agravamento da contradição capital X trabalho à medida que houve um aumento da exclusão, evidenciada pela elevação do desemprego, subemprego e os índices de miséria. Conforme Behring, (2008), vivemos numa era de barbárie no contexto do capitalismo contemporâneo, com violentas expressões de banalização da vida: dos homens-bomba e invasões de países e de escolas cheias de crianças, à guerra sem fim do tráfico nas favelas do Rio de Janeiro, do crime organizado nas prisões e ruas, da ode às tropas de elite e à criminalização dos pobres.

Paulatinamente, o uso de drogas tornou-se um grave problema de saúde pública no país, afetando os diversos segmentos da sociedade, pela relação comprovada entre o consumo e os agravos sociais que dele decorrem.

Dessa forma, o enfrentamento desta problemática constitui uma demanda mundial: de acordo com a Organização Mundial de Saúde, cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem abusivamente substâncias psicoativas, independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo, configurando-se uma realidade que se encontra em todo território brasileiro. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Segundo Carvalho, Rochet e Paulino (2008), a permanência das questões relacionadas ao uso/abuso de drogas na esfera pública é um indicativo do quanto essa temática é relevante para a sociedade brasileira. As discussões variam desde a legislação, passando pela descriminalização e uso seguro das drogas em espaços autorizados, até a criminalização completa, o que fornece a medida do caráter complexo, contraditório e não consensual do tema, tornando-o uma reflexão fundamental na contemporaneidade. A transversalidade desse tema e os altos índices de

consumo entre os jovens faz da escola um espaço propício para ampliação e disseminação de informações acerca do uso/abuso de drogas.

A experiência de estágio supervisionado vivenciada no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente no período de julho de 2007 a novembro de 2008 nos possibilitou perceber os anseios e curiosidades desses jovens, sobre temas da vida cotidiana de nossa realidade, tratadas ainda como tabus pela família e pouco debatidas nos espaços escolares, apesar da proposta de transversalidade trazida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais² para as instituições de ensino no Brasil.

As temáticas desenvolvidas na metodologia do projeto de intervenção foram resultado do questionário semiestruturado aplicado junto a 56 alunos do turno noturno matriculados na modalidade EJA da supracitada instituição de ensino. Os dados coletados por meio do questionário apontaram quatro temáticas e nos deram subsídios para elaboração do projeto de intervenção, que foi subdividido nos eixos: drogas, violência, cidadania e orientação sexual. Desse modo, sistematizaremos algumas considerações acerca dos resultados alcançados através das atividades educativas desenvolvidas em torno do uso/abuso de drogas durante o projeto de intervenção.

Para tanto, discorreremos sobre a educação no seu processo cronológico, antecedentes históricos, os aparatos legais que a transformaram em política pública no Brasil e de que modo esse direito constitucional vem se materializando na vida dos indivíduos. Em seguida nossa intenção é esquadrihar a temática “drogas”, suas classificações, possíveis danos causados pelo uso abusivo de substâncias entorpecentes, como também elucidar algumas considerações acerca da legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil. Por fim, trataremos da experiência de estágio vivenciada no CAIC “José Joffily”, a metodologia interventiva utilizada e algumas considerações construídas mediante a escuta de relatos de alunos durante a roda de conversa.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE

Nas últimas décadas a educação vem passando por algumas mudanças, no que se refere a vários fatores como: avaliação, metodologia, recursos, dentre outros, e isso ocorre especificamente em virtude de um processo histórico neoliberal. Tais mudanças

² Publicados em 1997 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), os Parâmetros trazem como propósito apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.

permeadas também por fatores econômicos, políticos, culturais e sociais contribuem direta e indiretamente para construção de novas formas de agir e pensar.

A educação enquanto uma política pública, não fica aquém do processo de retórica neoliberal, e por esse motivo é interessante que busquemos algumas definições que possam delinear o termo educação, para então podermos entendê-la nos seus aspectos históricos, apontando as peculiaridades existentes na educação brasileira, desde o Brasil Colônia até o atual processo de globalização permeado pelos ideais neoliberais.

Com base em Brandão (1981, p. 7):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser, ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

A lei 9.394/96 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita em seu Art. 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais” (BRASIL. 2006, p.17). Por meio de tais afirmações pode-se entender a educação como um processo formativo bem mais amplo e complexo, que abrange muito mais que o simples ato de ensinar, de “transmitir” conhecimento. Configura-se como meio para dotar o sujeito de saberes por meio dos quais ele poderá fazer suas próprias escolhas, projetando-se diante do mundo em que vive.

Segundo o Minidicionário Aurélio (2000, p. 251) a educação pode ser compreendida como:

- Ato ou efeito de educar (-se) ou,
- Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano.

No sentido etimológico educação vem do latim *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), e significa literalmente “conduzir para fora”.

Ao analisarmos esses conceitos, embora de forma superficial e tomando por base alguns autores que tratam sobre a história da educação, poderemos observar que tais concepções divergem da maneira como a educação vem sendo aplicada/executada na prática cotidiana; nos últimos séculos ela vem servindo aos interesses da classe dominante, capacitando mão de obra para suprir a necessidade do mercado capitalista em ascensão, legitimando ideais como se os mesmos fossem a única alternativa para

serem aplicadas no contexto social de determinada comunidade. Confirmando tais pensamentos a LDB (BRASIL, 2006, p.17) traz em seu Art. 2º:

A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu *preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*. (grifos nossos).

O processo educacional no Brasil está intrinsecamente ligado à história da colonização e dominação de nossas terras pelos portugueses, trazendo a priori características típicas daquele país, e desenhando um sistema de ensino de caráter dualista, que visava “educar para o trabalho”; seu caráter dualista se reflete no acesso à educação superior apenas para os filhos da burguesia, enquanto a educação primária profissionalizante cabia à classe trabalhadora.

Alguns autores, dedicados ao estudo da história da educação, afirmam que o primeiro modelo de ensino adotado no Brasil teve início por volta de 1549, com a vinda de padres jesuítas, que tinham o objetivo de educar os “gentios” tendo como base as ideias de São Tomás de Aquino, visando desse modo expandir o cristianismo em terras brasileiras.

Segundo Stigar e Schuck (2007, p. 2) a estruturação de nosso modelo de ensino desde “nossa descoberta” não teve estrutura e nem tampouco investimento, reafirmando:

A educação no Brasil caminhou por veredas tortuosas desde seu início, reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, sempre esteve voltada a estratificação e dominação social. Esteve arraigada por diversos séculos em nossa sociedade a concepção de dominação cultural de uma parte minúscula da mesma, configurando-se na ideia básica de que ensino era apenas para alguns, e por isso não precisariam aprender.

As mudanças só começaram a se configurar nos anos de 1759, quando o senhor Sebastião de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, inspirado por ideais iluministas, por meio de um decreto expulsou os jesuítas das terras brasileiras. A partir de então começa a tomar forma o ensino público financiado pelo Estado, onde o Marquês pretendia não apenas renovar o ensino em seus métodos e processos, como também os colocou a serviço dos interesses civis e políticos do Império Luso. No entanto, tudo que trouxe de novo foram à implantação de disciplinas avulsas lecionadas por um professor pago pela coroa.

Em 1808, chega à família real Portuguesa às terras brasileiras, e com ela a “preocupação de instalar aqui equipamentos educacionais voltados, não apenas para as

massas, mas com o objetivo de formar a elite dirigente do país” (RODRIGUES, 2006, p.17). Sendo assim, D. João VI criou vários espaços para realização de cursos técnicos e de nível superior, como a Academia da Marinha e Militar, Academia de Belas Artes, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. (idem).

Em 1822, D. Pedro I declara a Independência do Brasil e em 1824 é promulgada a primeira Constituição Brasileira que trazia em seu texto a garantia de criação de colégios e universidades e prometia a todos os cidadãos instrução primária gratuita. Até a aprovação da primeira Lei de diretrizes e bases (LDB) da educação em 1961, que fixou as diretrizes gerais e as grandes linhas de um sistema nacional de educação, muitos outros documentos foram elaborados e novos mecanismos de participação foram tomando forma, com vistas a melhorar a organização e o funcionamento dos espaços educacionais daquele período. Dentre esses, destacamos a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, o Manifesto dos Pioneiros³ da Escola Nova (1932), o Ministério da Educação e Saúde, e a Reforma Francisco Campos que resultou na Constituição de 34.

Foi a Constituição de 1934 que ampliou as atribuições da União, especificamente na educação, cabendo a essa esfera de delinear as diretrizes da educação nacional, elaborar um plano nacional de educação e coordenar as ações em todo o país (HAIDAR, TANURI, 1998).

Em meados da década de 40, foram publicadas as leis orgânicas que norteariam as atividades escolares até 1961, quando da publicação da primeira lei de Diretrizes e base da educação (Lei nº 4.024/1961). Essa por sua vez não trouxe muitas modificações no tocante à estruturação do ensino, conservando as grandes linhas da organização anterior. Segundo Haidar e Tanuri (1998), com essa LDB dá-se um importante passo no sentido da unificação do sistema de ensino e da eliminação do dualismo administrativo herdado do Império.

Nesse período, conforme Lima (2010) surge os primeiros embates entre escola pública e privada, a desvalorização das escolas públicas causada pelo abandono e pela falta de compromisso do Estado em promover uma educação de qualidade, colide frontalmente com as escolas privadas, que além de serem responsáveis pela educação

³ O Manifesto representa o movimento renovador da escola nova, reconhecia que a educação como direito de todos e dever do Estado, reivindicando uma escola pública, assentada nos princípios de laicidade, obrigatoriedade, gratuidade e coeducação.

dos “filhos da elite”, dispunham de recursos financeiros para investirem na qualidade do ensino.

Segundo Dantas (2007) com o golpe de 1964, período que iniciou a Ditadura Militar no Brasil, passou-se por um momento conhecido de “Economia da Educação”, período de contenção dos posicionamentos ideológicos, no qual professores foram presos e acusados de estarem contra os princípios do governo, e os interesses da nação.

Com o golpe militar a economia tomou novos rumos, abrindo espaço para o mercado internacional e criando uma política trabalhista e salarial, com vistas a contribuir com o processo de acumulação capitalista. Esboçou-se uma preocupação ainda maior por parte do governo em redefinir o sistema educacional na tentativa de adequar-se ao modelo econômico, preparando mão de obra para atender a demanda do mercado frente ao processo desenvolvimentista do país. A educação ganha destaque no cenário nacional conforme discorreremos a seguir.

3 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DO CAPITALISMO: ASPECTOS DE UMA POLÍTICA NEOLIBERAL

Segundo Pinto (1986, p. 71) a política educacional no Brasil se estabeleceu após 1964, isso porque o “Estado assumiu seu papel de condutor dos rumos do sistema educacional, conferindo a educação o papel de reprodutora contraditória da estrutura das classes, da estrutura do poder, bem como *reprodutora da força de trabalho*”. (grifos nossos).

A Constituição Federal de 1988 traz a educação o status de política pública, se configurando como um direito social, conforme descrito no Art. 205, que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008. p.136).

Reafirmando esse princípio constitucional, em 1996, foi publicada a Lei 9.394 que trata das novas Diretrizes e Bases da educação brasileira, trazendo pela primeira vez a avaliação para o centro do debate, expressando à necessidade de uma gestão compartilhada entre os entes, cabendo à União a coordenação da política nacional de educação e normatização dos sistemas de ensino.

A nova LDB define as responsabilidades da União, dos Estados e dos municípios no tocante aos recursos financeiros que deverão ser destinados para custear os gastos com a educação, uma vez que a mesma deve ser gratuita em todos os níveis escolares.

No que trata da profissionalização, a lei dispensa um capítulo inteiro para educação profissional. O Capítulo III⁴ da LDB descreve que o ensino profissionalizante deve ser integrado às diferentes formas de educação em articulação com o ensino regular conduzindo o indivíduo a desenvolver suas aptidões para a vida produtiva.

Com a inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, essa mão de obra precisa mais uma vez se adaptar as regras do mercado, sendo a educação meio para manutenção da ordem econômica e social, qualificando a força de trabalho, o que contribui para que a mesma sirva aos interesses do capital.

A educação assume um papel de produtora da marginalização, porque produz a marginalidade cultural e de maneira específica a escolar, sendo assim:

A sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo a integração de seus membros. A marginalidade é, pois, um fenômeno acidental que afeta individualmente um número maior ou menor de seus membros, o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não pode como deve ser corrigida. (SAVIANI, 2003, p. 4 apud STIGER, SCHUCK, 2007. p.4).

Na perspectiva neoliberal, a educação se coisifica, e passa a assumir o papel de produto, de mercadoria no processo capitalista, devendo ser visto como investimento individual, um instrumento técnico e meio de seleção e ascensão social. No discurso neoliberal, a educação perde suas características e sua função social de emancipar o ser humano, de proporcionar-lhe o seu desenvolvimento intelectual, sobressaindo seu caráter unidimensional do mercado; passando a ser vista não mais como parte de um processo contínuo de formação, tendo suas premissas voltadas para a qualidade total, da formação abstrata e polivalente, da flexibilidade e descentralização.

A retórica neoliberal explica que as crises vivenciadas pelas instituições de ensino é produto da ineficiência estrutural do Estado de gerenciar políticas públicas, com processos burocráticos que impossibilitam a democratização da educação.

Para eles, os sistemas educacionais passam atualmente por uma crise gerencial, permeados por mecanismos de exclusão e discriminação educacional, e isso tudo se materializa pela ineficácia da escola e da profunda falta de competência daqueles que

⁴ Esse capítulo foi regulamentado pelo Decreto nº 5.154/2004.

nela trabalham, provocando índices de evasão escolar, repetência e analfabetismo funcional.

Para Gentili (1996) romper com esses ideais neoliberais, seria romper com a conformação de sociedades estruturalmente divididas pelo sistema capitalista, que convivem diariamente com o aumento da pobreza e da exclusão social. O acesso às instituições educacionais de qualidade e permanência nas mesmas tende a transformar-se em um privilégio do qual gozam apenas a minoria.

Mészáros (2008, p. 25) coloca que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados, de modo que pensar uma reformulação significativa na educação pode ser algo “[...] inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”.

Segundo Souza (2008), a educação, como direito do cidadão e dever do Estado, perde lentamente seu caráter social, partindo para uma lógica economicista que forma diferentes sujeitos para atuar em um sistema cujo mercado direciona o social.

É à luz desse contexto, que se colocam os impasses e também os desafios a serem superados pelos entes federados como também pela sociedade contemporânea, nos fazendo buscar respostas para algumas questões:

1. De que modo poderemos romper com o pensamento neoliberal e efetivarmos o que está proposto na Constituição Federal de 1988, no que concede à educação o viés de direito social?
2. A mercantilização da educação e o crescimento de universidades particulares podem ser encarados como ineficiência do Estado em garantir uma educação de qualidade e gratuita prevista na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB/96)?

No tocante à educação para a cidadania, ressalvamos aqui a iniciativa do Ministério da Educação com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, que demonstra em seu texto a preocupação da construção de uma cidadania através da prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos sociais, embasados em princípios constitucionais e fundamentos da democracia.

O caráter de transversalidade proposto por essas publicações possibilitam às instituições de ensino a abertura de diálogos com o alunado sobre assuntos do cotidiano

e que fazem parte da realidade brasileira. Através dessa abertura trazida pelos PCN's, pautada na transversalidade e na interdisciplinaridade, visualizamos mais uma oportunidade de inserção de outros profissionais no processo de formação do jovem na escola, é também uma forma de reconhecer que algumas questões que se apresentam no ambiente escolar vão além das competências do professor, sendo necessária a intervenção de outros profissionais, destacando-se o trabalho de psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais.

Segundo Souza (2008, p. 22), “a instituição escola é uma porta aberta para a entrada de problemas sociais que alteram significativamente a instituição família, e vice-versa”. Deste modo, exigem-se profissionais com competências técnicas para fazer uma leitura da realidade conjuntural, embasados em instrumentais técnicos operativos que lhe possibilitem desvendá-la e que ao mesmo tempo possa propor ações que possibilitem ao indivíduo um processo que lhe proporcione ser protagonista e assim conseguir sua emancipação.

Destacamos assim a inserção do assistente social na educação escolar, por entendermos que tal profissional desempenha:

[...] um papel de mediador entre os direitos dos cidadãos e as regras estatais, possuindo um conteúdo social que percebe o sujeito inserido em um sistema que lhe (re) constrói e o transforma em ser social (revelando-se na relação com o outro em busca da igualdade), político (emancipado e participativo) e cultural (imbuído de valores, regras, normas morais e éticas). (SOUZA, 2008, p.28)

Vale ressaltar que não temos a intenção de minimizar as questões enfrentadas pelas instituições de ensino apenas ao âmbito social, uma vez que essas problemáticas se constituem muitas das vezes em algo mais complexo. Quando falamos da inserção do assistente social na educação escolar, precisamos ser cautelosos, e atentarmos também para o amplo debate que se configura em torno da institucionalização desse campo como área e mercado de trabalho, sendo alvo de discussões pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social em eventos científicos, publicações de artigos e outros trabalhos acadêmicos.

Embora não seja o foco desse trabalho a discussão acerca do Serviço Social na Educação como campo de trabalho dos assistentes sociais, pontuaremos adiante alguns aspectos que ajudam a elucidar e justificam nosso trabalho de intervenção junto ao espaço escolar.

4 SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA A CIDADANIA

Conforme foi exposto anteriormente, o capitalismo e o exacerbado processo de globalização vêm modificando significativamente a sociedade atual, transfigurando-a em sinônimo de desigualdades sociais, exclusão, desemprego, precarização e casualização do trabalho e desmonte dos direitos sociais. Essas são algumas das expressões mais nítidas das atuais políticas concentracionistas de capital, renda e poder praticadas no país.

O desmonte dos direitos sociais é o alvo da perspectiva neoliberal e se apresenta na realidade brasileira como um grande desafio a ser superado, uma vez que dispomos de uma Constituição Cidadã (1988) que institui direitos de ordem social e responsabilidades, mas é notório e poderíamos dizer até palpável os entraves postos para efetivação desses direitos, principalmente no tocante a redução de recursos financeiros por parte do Estado para financiar ações nas áreas de assistência, saúde, educação, habitação, etc.

Tais fatores econômicos, políticos e até culturais afetam diretamente a instituição escolar, transformando-a em um espaço tenso e conflituoso, e cenário de diversos problemas sociais, demonstrando assim as múltiplas expressões da questão social.

Segundo Almeida (2005), a educação pode ser entendida como um dos mais complexos processos constitutivos da vida social, se estabelecendo como um dos elementos representativos da diversidade e complexidade do processo educacional no âmbito da família, das instituições religiosas e de tantos outros estabelecimentos edificadas ao longo da história. A educação é, portanto, um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diferentes sujeitos sociais, tornando-se uma das principais áreas de atuação do Estado.

Compreender a educação como uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, evidencia a função e o papel que essa desenvolve na sociedade. No entanto precisamos atentar também para o fato da educação constituir-se como expressão da própria questão social, à medida que representa o resultado das lutas sociais em busca do seu reconhecimento como direito social.

A questão social se constitui como principal objeto de trabalho dos assistentes sociais, sendo trabalhada nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como na família, na saúde, na assistência social pública, idosos, crianças e adolescentes. O assistente social é um profissional que trabalha em projetos coletivos, debates sobre temas da atualidade, no tempo presente não se configura apenas como um executor de políticas públicas, projetos e programas sociais.

A profissão do Serviço Social, como citado anteriormente, possui um vasto campo para sua prática, possuindo um aporte teórico-metodológico que proporciona atuar junto a diversos segmentos da sociedade, seja em espaços públicos ou privados; suas ações devem ser guiadas pelo compromisso da garantia dos direitos civis sociais e políticos da classe trabalhadora. Embasados pelos princípios de seu Código de Ética (Resolução CFESS 273/93), e pela lei que regulamenta a profissão (8662/93), os profissionais de Serviço Social devem direcionar-se em favor da equidade e da justiça social, de modo a assegurar a “universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. (CFESS, 1997. p. 17).

Desse modo, a educação deve ser enxergada como mais um desses espaços de contribuição do Serviço Social, tendo em vista que as problemáticas que ultrapassam os portões dessas instituições tornam-se alvo de intervenção de seu trabalho e sua resolutividade fazem parte dos princípios que norteiam o projeto ético político dessa categoria.

A escola é um ponto estratégico para construção de noções de direitos e deveres de um cidadão, é espaço propício para abertura e discussão de problemas enfrentados pela sociedade, e também para criação de um senso crítico que auxilie os discentes a realizar suas escolhas.

A inserção de diversos profissionais nas instituições de ensino, não apenas do assistente social, não deve ser vista apenas como abertura de campos de trabalho, mas deve ser entendida como uma alternativa de enxergar o sujeito de vários ângulos, um sujeito detentor de direitos sociais, vítima (s) de uma conjuntura que ultrapassa as competências do Serviço Social.

As bases teórico-metodológicas adquiridas ao longo do processo formativo do Assistente Social são parte do acervo de seus meios de trabalho que lhe permite fazer essa leitura da realidade e esboçar projetos e ações a serem desenvolvidas, no entanto vale salientar que o assistente social não detém todos os meios necessários para a

efetivação de seu trabalho. Citando Iamamoto (2009, p.63) “parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras” sejam elas públicas ou privadas.

Mediante esses fatos, enxergamos a urgência de um diálogo entre o Serviço Social e a educação, com vistas a dinamizar os debates escolares entre professores, alunos e família, como também criar estratégias para ampliação de noções de direitos e cidadania entre esses grupos. Mas é importante frisar que os assistentes sociais, como citado anteriormente tem limitações no desempenho de suas ações, que podem ser vistas em uma situação como desafio, em outras como entraves, e essa questão precisa ser vista, pois alguns usuários/beneficiários ainda têm uma visão messiânica do fazer desses profissionais.

Os temas transversais da educação propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCNs) ampliam os eixos de trabalhos do assistente social na educação, tendo em vista a complexidade e multiplicidade dos assuntos a serem trabalhados nas instituições de ensino, vislumbrando-se a contribuição de diversas áreas do saber.

Através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Ministério da Educação (MEC) propõe um grande desafio para instituições escolares: uma educação para cidadania que permita aos alunos refletir sobre aspectos da realidade nacional como também da realidade local, permitindo que eles construam um juízo de valor acerca dos desafios que envolvem toda a sociedade.

Dentro dos diversos temas propostos pelos PCNs⁵, usou-se segundo a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação critérios para escolha desses temas, como urgência social e abrangência nacional. Esses dois critérios por si só já justificariam a abordagem da temática droga pelos docentes nas salas de aulas. Embora não esteja entre os temas propostos, à questão drogas tomou dimensões gigantescas na sociedade, precisando ser percebida como uma problemática que ultrapassa os limites da política de saúde, passando a ser encarada como fenômeno multifacetado. Por esse motivo precisamos buscar entendimento e disseminar informações acerca desse assunto, de modo que possamos minimizar os impactos provocados na sociedade.

⁵ Os temas transversais sugeridos são: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

5 DROGAS: DA ANTIGUIDADE A CONTEMPORANEIDADE: OS DESDOBRAMENTOS DE UMA PROBLEMÁTICA.

Conforme algumas literaturas e estudiosos dessa temática, afirma-se que o uso de drogas na sociedade não é um fenômeno recente. Desde as sociedades tribais, substâncias com princípios ativos alucinógenos, eram utilizadas para fins curativos, para caça e para defesa das tribos em meio às guerras; com a evolução das sociedades e as descobertas científicas acerca dos efeitos provocados por esses medicamentos, algumas substâncias passaram a ser usadas para outros fins, que não os fins curativos, sendo encaradas atualmente como sinônimo de violência e autodestruição.

O termo DROGAS tem sua origem do holandês antigo DROOG, que significa folha seca, isso porque antigamente quase todos os medicamentos eram feitos a base de vegetais. Segundo conceito utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento.

Vale salientar que uma determinada substância pode ser usada com a finalidade de produzir efeitos benéficos, como as utilizadas no tratamento de doenças, e são consideradas medicamentos. Mas também existem substâncias que provocam malefícios à saúde, os tóxicos. Sendo assim, uma substância pode funcionar como medicamento em um momento e como tóxico em outras situações, dependendo da situação e da quantidade ingerida.

As drogas responsáveis por causar modificações no sistema nervoso central (SNC) são as chamadas drogas psicotrópicas⁶, e subdividem-se em três grupos, a saber: Depressoras; Estimulantes e Perturbadoras.

No que se refere à classificação legal dessas substâncias, são encontradas duas definições: as drogas lícitas⁷ e as drogas ilícitas. As drogas lícitas, não menos nocivas que as ilícitas, são as substâncias que tem sua comercialização permitida por lei e as ilícitas são as que têm sua venda proibida.

A produção literária acerca do uso abusivo de substâncias entorpecentes na sociedade contemporânea ainda é algo incipiente, e é perceptível a abordagem dessa temática dentro de uma ótica de saúde pública, a disseminação de informações também

⁶ Drogas Psicotrópicas são substâncias capazes de mudar nosso modo de ser e de agir, a nossa psique.

⁷ Algumas drogas lícitas embora permitidas sua comercialização, tem restrições na sua comercialização, como por exemplo, o tabaco e o álcool.

se encontra bastante engessada, a repercussão dada pela mídia contribui para que isso aconteça, potencializando o tema como sendo resultado de uma dicotomia doença/crime, que passa a exigir estratégias mais eficazes no que se refere ao tratamento e reinserção social desses dependentes químicos.

Segundo o Ministério da Saúde (2004), o Sistema Único de Saúde – SUS, instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei 8080/90, é o conjunto de ações e serviços de saúde que tem por finalidade a promoção de maior qualidade de vida para toda a população brasileira; no intuito de garantir o acesso de todos a uma assistência integral e equitativa à saúde, avança de forma consistente na consolidação de rede de cuidados que funcione de forma regionalizada, hierarquizada e integrada. O SUS tem seu funcionamento organizado pelas Leis 8.080/90 e 8.142/90, editadas com a função de fazer cumprir o mandamento constitucional de dispor legalmente sobre a proteção e a defesa da saúde.

O texto da Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, marco legal da Reforma Psiquiátrica, ratificou, de forma histórica, as diretrizes básicas que constituem o Sistema Único de Saúde; garante aos usuários de serviços de saúde mental – e, conseqüentemente, aos que sofrem por transtornos decorrentes do consumo de álcool e outras drogas – a universalidade de acesso e direito à assistência, bem como à sua integralidade; valoriza a descentralização do modelo de atendimento, quando determina a estruturação de serviços mais próximos do convívio social de seus usuários, configurando redes assistenciais mais atentas às desigualdades existentes, ajustando de forma equânime e democrática as suas ações às necessidades da população.

O atendimento digno aos usuários deve passar pela estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária associada à rede de serviços de saúde e sociais, que tenha ênfase na reabilitação e reinserção social dos seus usuários. A política de promoção, prevenção, tratamento e de educação voltada para o uso de álcool e outras drogas tem que tratar o usuário como um ser complexo inserido em vários complexos sociais diferenciados, quais sejam: relações sociais, culturais, econômicas, educação, saúde etc.

Embora o texto da Lei 10.409/2002 discorra que os problemas de saúde provocados pela dependência de álcool e outras drogas devem ser revertidos ao SUS, cabendo ao Ministério da Saúde “regulamentar as ações que visem à redução de danos sociais e à saúde”, o uso indevido de drogas na sociedade não deve ser encarado apenas como uma questão de saúde pública.

O tráfico e o consumo de drogas bem como seu impacto na vida da população se apresentam na atualidade como uma questão complexa que perpassa todos os setores da sociedade, podendo ser encarado como um fenômeno dinâmico, multifacetado e de difícil apreensão, afetando todas as classes sociais e exigindo uma discussão mais ampla por parte da sociedade.

A Política Nacional sobre Drogas (PNAD) propõe em seus pressupostos várias ações que visam minimizar o uso de drogas lícitas e ilícitas, dentre estes se destaca o pressuposto que trata da prevenção, “por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade” (PNAD, 2005. p. 13). E para realização de tais atividades a escola sobressai-se como um espaço estratégico, uma vez que é nela que se encontram os sujeitos “mais suscetíveis” ao uso, crianças e adolescentes.

Dados apontam que é cada vez mais frequente e precoce o uso de drogas por jovens na sociedade moderna.

Segundo estudos realizados pela Secretaria Nacional Antidrogas, em parceria com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) por meio do I Levantamento Domiciliar sobre o uso de drogas Psicotrópicas no Brasil no ano de 2001, realizado em 107 das maiores cidades brasileiras com 200.000 habitantes, cerca de 39% da população brasileira apontou que o uso na vida de álcool foi de 48% entre os adolescentes de 12-17 anos, e de 73% para os jovens de 18- 24. No ano de 2005 o II Levantamento Domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas contemplou 108 cidades brasileiras e apontou que houve um aumento no consumo de bebidas alcoólicas pela população brasileira nesses quatro anos, o uso de álcool entre adolescentes de 12-17 passou para 54,3% e 78,6% entre os jovens de 18 a 24 anos.

Outra pesquisa realizada também pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) em parceria com a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) do departamento de psiquiatria da Universidade de São Paulo (UNIFESP) foi o I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira em 2007, no qual foram entrevistadas 3007, sendo 2.346 adultas com mais de 18 anos e 661 adolescentes entre 14 e 17 anos. Informações contidas nesse levantamento afirmam que 3% das mortes⁸ que acontecem no mundo são ocasionadas pelo uso nocivo de álcool, e aponta ainda que 52% dos adultos que fizeram parte dessa pesquisa bebem

⁸ Disponível em:

<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/328329.pdf>

pelo menos uma vez ao ano e entre os adolescentes esse índice é de 13% (que apresentam consumo intenso de álcool) e outros 10% consomem pelo uma vez ao mês.

O VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras realizado no ano de 2010 traz alguns dados que ajudam a desmistificar algumas ideias acerca do uso de drogas. Nesse levantamento conclui-se que entre os jovens prevalece o uso de drogas como o álcool e o tabaco (drogas lícitas), e em seguida vêm os inalantes. Esses dados possibilitam a conclusão que embora as drogas ilícitas tragam muitos danos à sociedade como todo, principalmente no que se refere ao aumento da violência, as drogas lícitas são as que mais matam no Brasil e no mundo, e que embora sejam restritas em lei para determinadas faixas etárias, elas são consumidas facilmente entre os jovens menores de 18 anos.

Diante do exposto, algumas indagações são inevitáveis: será que a legalização de outras drogas resolveria os problemas ocasionados pelos usos abusivos de substâncias psicoativas na sociedade? A descriminalização de algumas drogas diminuiria os altos índices de acidentes no trânsito e também provocaria redução no número de mulheres vítimas de violência física ocasionada pelo uso de álcool pelos seus companheiros? Esse é outro aspecto que precisa ser debatido com a população, mas que não caberia estendermos nesse trabalho.

No tocante ao uso de drogas ilícitas na sociedade, sabemos que os danos causados ao indivíduo são bem mais rápidos e a dependência uma certeza quase inevitável, mas além da necessidade de um diálogo mais aberto e sem tantos tabus sobre a temática droga, se faz necessário que a legislação existente seja revista e principalmente que o Estado viabilize meios físicos dessa política se tornar algo real.

5.1 LEGISLAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A participação popular é um fator de grande relevância para concretização e materialização dos instrumentos legais que normatizam a Política Nacional sobre Drogas. É comum ouvirmos pessoas dizerem que falta no nosso país uma política que trate da questão das drogas; no entanto podemos perceber que existem sim mecanismos

que versam sobre prevenção, tratamento, reinserção social do dependente e ainda trata sobre questões pertinentes ao tráfico.

Dentre as legislações vigentes, podemos elencar alguns instrumentos legais que regulamentam essa questão:

- Resolução nº 3/2005 trata da Política Nacional sobre Drogas;
- Lei Federal nº 11.343/2006 dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD;
- Decreto nº 5.912/2006 regulamenta a lei 11.343;
- Decreto 6.117/2007 aprova a Política Nacional sobre o Álcool;
- Decreto nº 6.488/2008 regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro) disciplinando a margem da tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito;
- Decreto nº 6.489/2008 regula a Lei nº 11.705/2008, no ponto que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais;
- Decreto nº 7.179/2010 dispõe sobre o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas;
- Lei Federal nº 10.216/2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Ao elencar esse leque de leis, decretos, resoluções acerca da política sobre drogas no Brasil, pode-se constatar o esforço do poder público em criar aparatos legais para tratar dessa problemática, também é notória a necessidade de se criar algo que englobe um número maior de políticas, em que possam ser vistas estratégias conjuntas, não apenas na perspectiva de coibir o tráfico, como também visando proporcionar maiores condições para prevenção, tratamento e reinserção social dos dependentes químicos.

O Plano Integrado de Enfretamento ao Crack e outras drogas é uma amostra de que o Governo Federal está buscando um conjunto de ações compartilhadas, mas que deixa muito a desejar no tocante ao investimento financeiro. Distribuir responsabilidades as unidades de prestação de serviços já existentes sem um aumento no aporte financeiro para que as ações propostas sejam postas em prática, além de sucatear esses serviços, impedindo que seja prestado um serviço de qualidade, os

profissionais responsáveis pelas equipes técnicas não darão a devida atenção à problemática, pois essa será a única temática a ser abordada, será sim mais um dos temas a serem trabalhados com as famílias.

O referido plano em seu art. 5º, parágrafo 1º, Inciso II propõe a “ampliação da rede de assistência social voltada ao acompanhamento sociofamiliar e à inclusão de crianças, adolescentes e jovens usuários de crack e outras drogas em programas de reinserção social”. Em texto intitulado “Sistema Único de Assistência Social – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas” publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, a equipe do departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social afirma que a Política de Assistência Social tem um importante papel quanto ao enfrentamento à questão do uso e dependência do crack e outras drogas, especialmente no que se refere à prevenção e reinserção social.

No texto podemos entender que esse trabalho será direcionado aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Nos CRAS são ofertados os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que visam desenvolver ações preventivas no seu território de abrangência, tendo em vista as vulnerabilidades apresentadas, e certamente o uso e a dependência do crack deve ser uma realidade de quase todas as cidades brasileiras, se não de todas.

Desse modo, essa tarefa não ocasionaria nenhuma sobrecarga às equipes desses serviços, pois estaria cumprindo seu papel preventivo e proativo dentro do território. A preocupação que se coloca em face desse contexto, é a inexistência de uma rede de serviços que garanta e contribua para prevenção, tratamento e reinserção desses dependentes.

A atual Política Nacional sobre Drogas (PNAD) coloca como um de seus pressupostos o direito de tratamento adequado à toda pessoa com problemas decorrentes ao uso indevido de drogas; esse é talvez um dos maiores desafios/entraves enfrentados pelos governos municipais, estadual e federal: a inexistência de uma rede de serviços que comporte o tratamento dos usuários/dependentes de drogas; faltam leitos, faltam equipes médicas capacitadas para realizarem o tratamento nas unidades de saúde, falta policiamento para coibir o tráfico.

Inexistem equipamentos para o tratamento dos dependentes, como também inexistem serviços para acompanhamento da família dos dependentes, pois os danos

físicos e psicológicos sofridos pelo dependente resultam em danos não menos graves na vida dos familiares. E quando existem, esses serviços são insuficientes para acompanhar a “outra face da dependência”. São mulheres e filhos vítimas de violência intrafamiliar e urbana, espancamentos, laços familiares fragilizados e sem falar nas crianças e adolescentes que acabam ingressando no tráfico.

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)⁹, assim como os Centros de Atenção psicossocial (CAPS) AD¹⁰, são equipamentos de suma importância para o acompanhamento dos dependentes e suas famílias, no entanto não foram implantados em todos os municípios brasileiros.

Faz-se urgente um conjunto de ações eficazes com o objetivo de reduzir o nível de problemas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas, comprometido com a promoção, prevenção e tratamento, na perspectiva da integração social e produção da autonomia das pessoas.

Tal iniciativa deve ir além do estabelecimento de leis, planos ou propostas, concretizando-se por meio da implementação e exercício no cotidiano dos serviços, práticas e instituições, com definição sistematizada de responsabilidades para cada esfera governamental.

6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE CAMPO

A oportunidade para o educando de confrontar a base teórico-metodológica adquirida durante seu processo formativo com a realidade de um campo de trabalho é uma experiência peculiar e de fundamental importância para a vivência profissional.

As informações que serão relatadas a seguir são resultado da experiência de estágio supervisionado vivenciada no período de julho de 2007 a novembro de 2008 por alunos do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, no Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente – CAIC “José Joffily”, localizado no bairro das Malvinas na cidade de Campina Grande/PB.

O Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente – CAIC “José Joffily” foi instalado no bairro das Malvinas em Campina Grande no ano de 1994. Funciona sob

⁹ Os CREAS são unidades públicas e estatais responsáveis pelo atendimento/acompanhamento de indivíduos ou famílias que tiveram seus direitos sociais ameaçados ou violados. Para saber mais acessar: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>

¹⁰ Os CAPS AD são serviços para pessoas com problemas pelo uso de álcool ou outras drogas, geralmente disponíveis em cidades de médio porte.

a ótica do Programa Nacional de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes – PRONAICA, que tem como objetivo a realização de serviços sociais que atendam aos direitos da criança e do adolescente. Dentro do CAIC “José Joffily”, funcionam 10 subprogramas com vistas a promover e proteger os direitos das crianças e adolescentes, dentre os quais podemos citar: promoção à saúde, creche e educação pré-escolar, esporte, cultura, educação para o trabalho, dentre outros. Para desenvolver esses subprogramas a escola e sua equipe contam com uma ampla infraestrutura, que contempla laboratórios de informática, gabinete dentário, biblioteca, quadra de esportes, refeitório, sala de vídeo e diversas salas de aula. E foi nessa instituição de ensino que se deu nossa experiência de estágio supervisionado que ora discorreremos.

A construção do nosso objeto de intervenção foi resultado do questionário que aplicamos junto a 56 alunos daquela instituição de ensino, matriculados na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA. O questionário semiestruturado foi aplicado nas turmas de 6^a a 8^a no turno noturno, contendo 14 questões.

A análise desse questionário nos permitiu a construção do perfil socioeconômico dos alunos, vislumbrando questões relativas a trabalho, lazer, moradia e também questões referentes à própria instituição de ensino.

Para este artigo trazemos a questão que foi posta para os alunos quanto às temáticas que eles gostariam que fossem abordadas. Foram sugeridas quatro temáticas: drogas, educação sexual, violência e cidadania. Por critério de escolha dos alunos drogas foi à temática mais indicada para discussão, em seguida educação sexual, violência e por fim cidadania, e apenas um aluno preferiu que fosse abordada outras temáticas diferente das que haviam sido sugeridas no questionário.

Desse modo, através da análise desses dados apresentados é que nosso projeto de intervenção foi elaborado, visando aumentar o universo informacional dos alunos acerca dessas quatro temáticas. Dessas, a temática droga foi nosso objeto de intervenção e assim discorreremos como foi apresentado o tema e a metodologia utilizada.

Vale destacar que usamos de muita cautela para abordamos esse tema, uma vez que, por estarmos inseridos em uma comunidade que vive situações de vulnerabilidades sociais diversas e que sofre com o tráfico de drogas, presente inclusive dentro da instituição de ensino, preferimos nos deter na parte epistemológica do assunto, abordando conceitos, malefícios provocados no indivíduo usuário de drogas, abordamos algumas consequências do uso de drogas na sociedade e por fim debatemos um pouco sobre a questão do uso abusivo de álcool na sociedade.

Como metodologia realizamos uma oficina com apresentação de vídeo contendo informações acerca do tema abordado, e abrimos uma roda de conversa para discussão e exposição de pensamentos e dúvidas dos alunos presentes.

Embora tenhamos apresentado os danos causados ao indivíduo usuário/dependente de drogas, o fato que mais nos chamou a atenção foram os relatos dos alunos acerca das outras consequências provocadas pelo tráfico de drogas. Foi unânime o relato acerca do aumento da violência provocado nos diversos bairros da cidade, muitos problemas foram indicados como sendo resultado do uso de drogas: assaltos a pontos comerciais, arrombamentos em residências, homicídios, violência intrafamiliar, falta de segurança pública, porte ilegal de armas.

O consumo de drogas ilícitas na sociedade é constantemente ligado à marginalização e aumento da criminalidade, bem verdade o tráfico de drogas cria um círculo progressivo de violência, de financiamento da violência. No entanto, a droga responsável pelo maior número de mortes é o álcool, uma droga lícita, com restrição para consumo, mas de fácil acesso para todas as idades e classes sociais.

Esse foi outro aspecto que discutimos junto ao nosso grupo de alunos e que precisa ser mais debatido e essas informações mais disseminadas em meio à sociedade. O álcool está presente na maioria das casas brasileiras, e diversas campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas fazem menção ao álcool como sinônimo de alegria e algo que faz bem ao indivíduo, nas peças comerciais as pessoas estão sempre sorrindo e rodeadas de amigos. Frases como “beba com moderação” ou “se beber não dirija” passam despercebidas e quase ilegíveis.

Embora nosso intuito durante essa oficina tenha sido alcançado, uma única oficina não conseguiu sanar todas as dúvidas existentes na cabeça desses adolescentes, como também não foi suficiente para esgotar a temática. A escola pode melhor aproveitar seu espaço e proporcionar outros momentos de diálogo entre alunos acerca do assunto, como palestras e campanhas, e ainda inserir a comunidade na realização dessas ações.

7 Considerações Finais

A experiência de estágio nos propiciou a descoberta de novos significados e também de uma realidade que está além das apostilas e livros que estudamos ao longo da nossa formação. O agravamento das expressões da questão social provocadas pelo

sistema capitalista torna-se cada vez mais perceptível aos nossos olhos e daria subsídio para muitos outros projetos de intervenção. As pessoas se transformaram em instrumentos de um sistema em busca de oportunidade de adquirirem um certificado que lhe possibilite um melhor preço pela sua mão de obra.

É visível a Educação que se transforma em mera reprodutora do capitalismo, negligenciando um direito social e sua função de emancipar o indivíduo, produzindo mais uma vez operários/trabalhadores para a burguesia. São professores que pelos baixos salários que recebem precisam trabalhar o dia inteiro em várias escolas para conseguirem o mínimo necessário para sua subsistência. São alunos cansados de um dia de labuta, de trabalho pesado que procuram se qualificar em busca de uma vida mais digna.

Durante os encontros de supervisão de Estágio, quando ocorria a troca de experiências, pudemos perceber que em todos os temas que foram abordados durante o projeto de intervenção há a necessidade de informação daqueles alunos, a necessidade de um diálogo aberto e franco sobre os temas, e sobretudo a busca por mudanças. Os desafios percebidos se colocam não apenas para os alunos como também para a comunidade escolar, a população do bairro e para a gestão municipal e/ou estadual que financia a instituição.

O projeto de intervenção conseguiu atingir seu objetivo que foi ampliar o universo informacional dos alunos acerca das temáticas sugeridas, no entanto percebemos que ainda há muito a ser feito, há necessidade de investimento em políticas públicas, como segurança, saúde e a própria educação. E assim percebemos que aqueles alunos de certa forma estão tendo sua cidadania negada e percebemos a necessidade de uma série de ações do poder público que viabilize a garantia de direitos desses sujeitos.

O debate sobre o uso/abuso de drogas se faz extremamente necessário, uma vez que essa questão não é fácil de ser enfrentada, pois confronta concepções morais, culturais, simbólicas e religiosas, individuais e coletivas, evidenciando a necessidade da construção de uma política pública com mecanismos que visem à prevenção, à redução dos danos e a reinserção social dos usuários.

A droga é um desafio de diversos atores sociais e deve ser abordado para além dos danos psicológicos e físicos causados ao indivíduo. Desse modo, se faz necessário romper com um mito criado em torno do usuário de drogas, que o marginaliza e exclui da sociedade, reduzindo o problema a uma busca constante por tratamento e cura para esses indivíduos, pois o poder público apenas se omite.

A necessidade de ampliação de uma rede de serviços que permita mais que um simples tratamento é um grande desafio que se coloca para a construção de uma política pública sobre drogas.

A prevenção pode ser uma alternativa para evitar que novos indivíduos enveredem pelos caminhos tortuosos do uso abusivo de drogas, no entanto se faz necessário que sejam revistas as formas de financiamento dessa política.

O uso abusivo de drogas na sociedade contemporânea é sim um problema de saúde pública, mas não cabe apenas aos profissionais dessa política solucionar um problema tão amplo e complexo. A Intersetorialidade e a interdisciplinaridade podem ser alternativas para minimizar os reflexos desse problema na sociedade. E os espaços escolares precisam ser mais bem aproveitados na perspectiva dessa construção de prevenção.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. **Caderno Especial nº 26**. Edição: 04 a 25 de novembro de 2005. Disponível em:

www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf

BEHRING, E. R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: _____. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 44-63.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, Senado Federal, 1988.

_____, Decreto Lei nº 7.179, de 20 de Maio de 2010. **Plano Integrado de enfrentamento ao Crack e outras drogas**. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm >

_____, Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. Brasília/DF. 2004. p. 5-8.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social /Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas**. 46p. Disponível em:

< <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/texto-mds-drogas-final.pdf> > acesso em 20 de Junho de 2012;

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentações dos temas transversais: ética.** Brasília, 2001.

_____, Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas.** Brasília, 2008.

_____, Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, 2006.

CARVALHO, D.B.B; ROCHET,J; PAULINO.F.O. Política pública de redução de danos e uso de drogas no Brasil: contradições do processo de construção de uma política nacional. In: _____. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008. p. 260-280.

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. **I Levantamento domiciliar sobre drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo 107 maiores cidades do País.** São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2002. Disponível em < <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes> > acesso em 25 de novembro de 2012,

_____, **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: envolvendo as 108 maiores cidades do país.** São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2005. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes> > acesso em 25 de novembro de 2012.

_____, **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas 27 Capitais Brasileiras.** Brasília/DF: CEBRID – Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2010. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes>> acesso em 25 de Novembro de 2012;

_____. **I Levantamento Nacional sobre Padrões de consumo de álcool na população brasileira.** Brasília. Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, 2007. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes> > acesso em 25 de novembro de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93 que regulamenta a profissão do Serviço Social.** Brasília, 1997.

DANTAS, Sebastião Caio dos Santos. **As drogas e a escola: uma nova abordagem do Serviço Social na Educação.** 2007, 69p. (Graduação em Serviço Social), Campina Grande. 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa.** 4ª ed. Revisada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 251.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In _____ Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/manualdousuario.html > Acesso em 26 de novembro de 2012.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. TANURI, Leonor Maria. **A educação básica no Brasil: dos primórdios até a primeira Lei de Diretrizes e Bases.** In: _____. Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo: Pioneira, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Clodoaldo José de. **Concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Síntese do texto de autoria de Dermeval Saviani (2005) elaborado no âmbito do Projeto de pesquisa “o espaço acadêmico da pedagogia no Brasil” financiado pelo CNPq, para o “Projeto 20 anos do Histedbr”. 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINTO, R. M. F. **Caminhos da política educacional brasileira: 1964 e os anos seguintes.** In: _____. Política Educacional e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1986. p. 55-79.

RODRIGUES, Magna Soniberg. **A escola como espaço estratégico para a prevenção primária do uso indevido de drogas: contribuições do Serviço Social.** 2006, 74p. (Graduação em Serviço Social). Campina Grande. 2006.

SCHUCK, Neivor; Stigar, Robson. **Refletindo sobre a história da educação no Brasil.** 2007. Disponível em: <http://www.opet.com.br/artigos/pdf> acesso em: 20 de maio de 2011.

SOUZA, Irís de Lima. **Serviço social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional.** 2008, 238p. Tese (Doutorado em educação). Natal, 2008.